

## JOSÉ AUGUSTO DE ARAUJO E O GOLPE CIVIL-MILITAR DE 1964 NO ACRE: INTOLERÂNCIA, PERSEGUIÇÕES E RESSENTIMENTOS A PARTIR DE CARTAS E TELEGRAMAS

Andrisson Ferreira da Silva<sup>1</sup>  
Francisco Bento da Silva<sup>2</sup>

**RESUMO:** Este trabalho trata de algumas das memórias acerca das situações dolorosas vivenciadas por José Augusto de Araújo, correligionários e sua família após sua posse no executivo acreano em 1963, posterior deposição em 1964 e morte em 1971. De acordo com Gagnebin (2014) “A ‘memória’ é coletiva e política, mas não é de forma alguma uma ‘comemoração’ oficial, organizada com bandeiras, desfiles ou fanfarras para comemorar uma vitória, ou, então, um pedido de perdão” (p. 260). José Augusto foi eleito governador do Acre pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e assumiu em um curto período de tempo, entre janeiro de 1963 e maio de 1964 — período em que se passa pela primeira vez por uma escolha eleitoral e direta para o executivo local. Nesta direção, buscaremos abordar o contexto da cassação do mandato, deposição e morte do então governador que culminou em um processo complexo de traumas, humilhações e ressentimentos, tanto no âmbito político quanto no familiar. Dialogaremos com cartas pessoais e telegramas oficiais como fontes principais, notadamente entendendo as cartas como portadoras de memórias mais íntimas e como paliativos comunicativos em momentos de traumas para purgar as dores e os sofrimentos vivido através da escrita-testemunho. Embora bastante estudada, cabe ressaltar que a ditadura civil-militar não esteve restrita somente às grandes metrópoles brasileiras. Os estados da região amazônica abrigaram contextos marcados também por perseguições e acusações contra aqueles considerados inimigos da nova ordem. É isso que este artigo se propõe também a apresentar em âmbito localizado e micro quando comparado a historiografia canônica.

**Palavras-chave:** Ditadura; José Augusto; Acre; Ressentimentos; Humilhações.

### INTRODUÇÃO

Em 1962, após ser elevado de Território para Estado, o Acre deu seus primeiros passos para trilhar outro caminho no âmbito democrático-representativo tornado mais ampliado com a escolha direta do chefe do executivo. O professor José Augusto de Araújo foi eleito o primeiro governador pelo voto direto e sua esposa Maria Lúcia<sup>3</sup> o acompanhou em seu momento de ascensão política, juntamente com a ala mais jovem e considerada de esquerda dentro do Partido Trabalhista Brasileiro - PTB. Mas logo, essa trajetória curta de experimentações políticas se tornaria marcada pelo refluxo autoritário e extralegal que atingiu a vida pública e particular de inúmeras pessoas que

1 Graduando do curso de Licenciatura em História (UFAC), e bolsista PIVIC/UFAC (2019).

2 Professor Associado I da UFAC, doutor em História e lotado no Centro de Filosofia e Ciências Sociais - CFCH. Nessa universidade atua nos cursos de Graduação em História, no Mestrado/Doutorado em Letras: Linguagem e Identidade e no Mestrado Profissional em Ensino de História.

3 Durante o curto mandato do marido, Maria Lúcia foi nomeada diretora da Legião Brasileira de Assistência - LBA. Era um órgão assistencialista federal criado durante o Estado Novo voltado para ajuda às famílias pobres do país e vinculado ao Ministério do Trabalho.

sofreram perseguições variadas com o golpe civil-militar, que a partir de abril de 1964 se implantou na sociedade brasileira.

No ano de 1962 estava presidência da república brasileira João Goulart (PTB) que assumiu após a renúncia de Jânio Quadros. No Acre, o partido também era representado pela figura de José Augusto, o ator político local importante daquele período após vencer nas urnas o então considerado imbatível ex-governador e deputado federal José Guimard Santos. Este era o autor do Projeto de Lei apresentado em 1957 e que redundou na Lei que mudou o estatuto político do Acre de Território Federal para Estado Federado (SILVA, 2012).

Em setembro de 1962 o jornal *O Acre* trazia em uma de suas páginas a seguinte notícia: “O Governador eleito do Estado Acre, Sr. José Augusto Araújo, disse (...) que fará ‘uma revolução administrativa, econômica, social e educacional’ em seu Estado da Federação” (*O Acre*, nº 1511, 1962, p. 01). Seguramente, um governador que apoiava causas como estas não tinha como obter muito prestígio de setores da sociedade local compromissados em defenderem suas posições elitistas e permanecerem como detentores privilegiados do poder econômico, político e social. Sabemos que mesmo ainda hoje, algumas posições mais conservadoras interpretam qualquer forma de política pública voltada aos estratos mais pobres como uma interferência na ordem “natural” das classes sociais.

Não obstante, o petebista defendia “cooperativas, armazéns e silos para amparar o pequeno e médio produtor” e ainda a reforma agrária para desapropriação de seringais, a promessa era uma “revolução administrativa, econômica, social e educacional” (*O Acre*, nº 1511, 1962, p. 01). Nesse curto espaço de tempo, o novo governador não conseguiu governar com tranquilidade, em grande medida pelas ideias inquietantes que trazia como propostas de ações de governo. Deputados adversários, e até mesmo “aliados” se uniram contra ele, acusando-o de “comunista” através de discursos furibundos na ALEAC e de pedidos de *impeachment* no início do seu mandato. O petebista viveu no foco dos acusadores desde a posse, algo que se intensificou com aqueles auto-intitulados anti-comunistas que também se denominaram “revolucionários” após o golpe de 1964 (SILVA, 2012).

Em carta atribuída ao deputado estadual Joaquim Cruz (PSD)<sup>4</sup>, este teria se dirigido aos seus correligionários afirmando que: “O Sr. José Augusto acha que ninguém tem terras no Acre. Prometeu avançar nas terras dos antigos seringalistas, dos homens que tem mantido com os maiores sacrifício a soberania deste rincão da Pátria (...)”<sup>5</sup>. O então deputado era da região do vale do Juruá, onde sua família tinha desde muito tempo seringais e atividades comerciais muito bem assentadas na cidade de Cruzeiro do Sul desde o início do século XX, conforme podem ser encontradas muitas referências em jornais como *O Rebate* e *O Juruá*.

Alem das disputas político-partidárias entre PTB de um lado e PDC/UDN/PSD de outro, das rixas entre os militantes partidários naquele período, José Augusto tornou-se um incômodo político para os grupos mais conservadores da sociedade acreana. O principal grupo político de oposição a José Augusto era ligado ao Partido Social Democrático - PSD, partido que tinha perdido a eleição majoritária ao executivo acreano para o PTB, mas o governador eleito vai ter também adversários no PDC e no próprio PTB. São nesses vieses de particularidades locais que se aprofundaram as perseguições políticas, desembocando em uma situação pessoal e familiar de ressen-

4 Joaquim L. Cruz (1905/1994) exerceu a carreira de delegado de polícia e prefeito nomeado de Cruzeiro do Sul (1953/1956). Foi eleito deputado estadual constituinte pelo PSD (1962/1966). Posteriormente exerceu mais dois mandatos de deputado estadual pela ARENA (Aliança Renovadora Nacional). FONTE: ALEAC (2005, p. 62).

5 Carta, 14/04/1964. Fundo Documental José Augusto (documento JA146). Museu Universitário da UFAC, doravante MU-UFAC.

timentos derivados das injustiças, traumas e humilhações contra José Augusto, parentes, amigos e seus auxiliares mais próximos.

Articulando situações que apontam para as definições de humilhações geradoras de trauma no contexto nazista, Antonello (2016) destaca a perspectiva freudiana, caracterizando “(...) o trauma como uma ruptura no escudo protetor do aparato psíquico, causada por estímulos muito fortes ou intensos, que ultrapassam a possibilidade de sua assimilação pelo eu” (Idem, p. 15). Consideramos que a ditadura no Brasil também foi causadora de situações que propiciaram vivências traumáticas e geradoras de ressentimentos, sobretudo no contexto político, pessoal social e familiar. O *Dicionário Aurélio* (2010) traz em sua definição etimológica que ressentir é sentir novamente um sentimento vivido. Assim, o ressentimento quando negatizado se assenta em mágoas, ofensas, traumas de violências físicas e morais causadas por outrem.

Pierre Ansart (2005) descreveu que “ser humilhado é ser atacado em sua interioridade, ferido em seu amor próprio, desvalorizado em sua autoimagem, é não ser respeitado” (Idem, p. 15). Indubitavelmente, as interferências autoritárias contra José Augusto, familiares e correligionários políticos foram o passaporte para ações de humilhações variadas que engendraram traumas e ressentimentos duradouros. Talvez o início dos dias sombrios para José Augusto e seu governo tenha se evidenciado de forma angustiante diante do cenário já inaugurado de forma mais cristalina com a deposição do presidente da república e colega de partido João Goulart em 01º de abril de 1964.

Konstan (2004) enfatizou que “o sentido psicológico de ressentimento é algo como raiva ou a irritação perante uma desfeita” (Idem, p. 61). Nesse viés, o ressentimento se deriva da humilhação que altera uma situação onde aquele que sofre a desfeita não tem controle nenhum sobre seu corpo, suas ações e seus direitos. No caso que aqui estamos tratando, isso se efetivou como signo principalmente no momento logo após a consecução da instauração da ditadura civil-militar em âmbito nacional.

E teve seu ápice local cerca de um mês depois quando o então governador acreano experimentou uma injusta cassação, provando o sabor amargo de atos políticos de cunho autoritário. O regime civil-militar instaurado no Brasil a partir do golpe de 1964 serviu para levar à anemia os direitos civis e políticos consagrados por vias eleitorais e constitucionais, mas de frágil estruturação histórica e prática na vida dos cidadãos formais.

## **APROXIMA-SE O GOLPE TRAVESTIDO DE RENÚNCIA**

O professor José Augusto de Araujo<sup>6</sup> logo após concluir sua graduação em 1957 entrou de vez na política partidária. Já no ano de 1958, foi candidato a deputado federal pelo PTB e assumiu a vaga como suplente em 1960 no lugar do titular Oscar Passos. Dois anos depois se candidata a deputado federal e a governador do Acre, sendo eleito para os dois cargos. Por obvio, escolheu a cadeira do executivo após uma campanha na qual visitou os diferentes recantos acreanos. Venceu o então considerado favorito na disputa José Guimard Santos (PSD), deputado federal e ex-governador do território na década de 1940. Tornou-se o primeiro governador do Acre eleito de forma direta. “Um acreano autêntico” — numa fala do então deputado Estadual Adonay Santos (PTB),

---

6 José Augusto iniciou seus estudos em Cruzeiro do Sul, depois foi estudar na cidade de Belém (PA) onde terminou seus estudos primários em 1945. Depois, retornou ao Acre para estudar, em Rio Branco, o ginásio no Colégio Acreano (1946/1949) e, neste período, entrou para a Guarda Territorial. Ao terminar o ginásio mudou-se para o Rio de Janeiro, onde concluiu os estudos Clássicos no Colégio padre Antônio Vieira. Após concluí-los, iniciou o curso de História e Filosofia na Faculdade Nacional de Filosofia, na antiga Universidade do Brasil, formando-se em 1957, ano em que se casou com a Sra. Maria Lúcia de Araújo (Fonte: Acervo José Augusto, sob guarda do MU-UFAC).

publicada no jornal *O Acre* —, onde este alegava ser um dos precursores da construção da candidatura do petebista ao governo do Acre (O Acre, nº 1511, 1962, p. 04).

É no contexto eleitoral e, principalmente pós eleitoral, que aqueles que estavam em campo oposto ao de José Augusto e seu grupo político ganham oportunidades de fustigá-lo com mais denodo via imprensa, justiça e parlamento. José Augusto logo também é acometido dos primeiros sinais de doença cardíaca, que o obrigou a viajar para tratamento de saúde na cidade Rio Branco nos primeiros meses de seu governo. Era então o princípio de uma conturbada administração diante de ações da oposição com demissão de secretários<sup>7</sup>, pedidos de *impeachment* e denúncias de caráter ideológico, principalmente de que não poderia ficar no poder estadual uma ameaça vermelha, conforme alguns o acusavam com frequência.

No dia 14 de abril de 1964 o deputado estadual Joaquim Cruz (PSD) teria redigido uma carta<sup>8</sup> em que afirma textualmente: “Nós do PSD sempre combatemos os comunistas e atacamos o governo do Sr. José Augusto”. No documento é dito ainda que os “pessedistas” sempre combateram os comunistas e que o governo de José Augusto, pelas suas “demonstrações vermelhas” era contra-revolucionário. Justifica ainda a eleição de José Akel Fares para a presidência da ALEAC e que os membros do PSD fizeram denúncia contra o governador na 4ª Companhia de Fronteira (Exército). Cita também quais seriam os focos comunistas na Secretária de Educação (Hélio Khoury) e na Superintendência da Reforma Agrária - SUPRA (Ariosto Pires Miguéis). O jogo estava cada vez mais acirrado e os opositoristas estavam com sede de poder. José Augusto e seu grupo político se encontravam em um ambiente de medo, amargura, incertezas e indecisões que se aprofundavam cada vez mais.

Cerca de um mês depois, no dia 08 de abril de 1964, o governador José Augusto, ciente das denúncias apresentadas contra ele, citando inclusive os nomes dos deputados estaduais que o denunciaram, enviou um telegrama ao general Orlando Romagem da 8ª Região Militar (Belém). Solicitou naquele momento um exame minucioso quanto à sua administração, refutava o que chamou de calúnia levantada pelos deputados Eloy Abud (PSD) e Aluizio Queiroz (PSD), que o vinham acusando de ser engajado com os ideais comunistas. Era uma grave denúncia mediante a vaga anticomunista que o Brasil vivenciou com atos e críticas propagadas pelos automeados “revolucionários” no período pós-golpe contra o presidente Jango e seus aliados<sup>9</sup>.

Diante do medo e da repressão que se iniciava, José Augusto negava ser comunista e mal podia recuperar-se de sua recém descoberta enfermidade cardiovascular com a tranquilidade e cuidados médicos necessários. A sua chegada ao Acre após tratamentos no Rio de Janeiro lhe causavam sérios transtornos e contra si foi se avolumando a violência política e simbólica, onde a sua moral era ferida constantemente. As calúnias a ele impostas culminaram em uma série de desfeitas políticas. Gerou situações de ordem traumática e humilhante que o aguardava além da oposição política — um golpe. Afinal, estava em jogo a cadeira de governador do Acre. Entra em cena então, o coronel do Exército Edgar Cerqueira Filho.

7 Como não existia o cargo de vice-governador, quem assumia o cargo na ausência do titular era o presidente da ALEAC. Na primeira legislatura foi eleito José Akel Fares, que embora do PTB, teve apoio na sua eleição da bancada do PSD e quando assumiu interinamente o governo nomeou como secretários de segurança e educação adversários políticos e ideológicos do governador. Isso obrigou José Augusto interromper o tratamento de saúde retornar ao Acre para reassumir o governo (Cf. SILVA, 2012).

8 A autenticidade da Carta citada na N. R. nº 5 não pode ser atestada com exatidão, pois são duas folhas datilografadas sem assinatura. Há apenas o nome do deputado Joaquim Cruz no final do documento e não sabemos como o mesmo chegou às mãos da oposição que o deputado teria criticado.

9 [Telegrama, 08/04/1964. Fundo Documental José Augusto \(documento JA113\). MU-UFAC.](#)

## RENUNCIAR OU RESISTIR: HAVIA OPÇÕES À HUMILHAÇÃO?

Em entrevista ao jornalista Yuri Marcel (2014) do portal *G1 Acre*, a viúva Maria Lúcia lembrou recentemente o momento em que o coronel Edgar Cerqueira chegou ao Palácio Rio Branco no dia 08 de maio de 1964, cercado com suas tropas. Das situações políticas que o governador José Augusto havia vivenciado até então, nenhuma se assemelhava como a daquele aquele momento onde se aprofundava o autoritarismo já no seu contexto extralegal.

As normas legais foram gradativamente se deteriorando após o início de abril de 1964. O que surgia? Os arreganhos e uma recém-nascida ditadura, onde se constrói vorazmente o que Ansart (2004) descreveu como “a falta de diálogo e da superação de ódio” (Idem, p. 23). No caso acreano, emergiu a figura de Cerqueira que até então era uma opacidade política que entrou nessa história de soslaio e assumiu como golpista o posto de governador ao contar com outros atores com os quais contracenou para efetivar o seu papel de representante de grupos políticos locais derrotados nas eleições executivas de 1962.

Um dos cenários desta trama, o Palácio Rio Branco, se tornou pequeno mediante a tamanha situação de conflito, conluio e casuísmo. De quê valiam os votos da população que elegeu José Augusto? De nada valiam! O então comandante da 4ª Companhia de Fronteira, Edgar Cerqueira, teria bradado no dia do cerco a sede do governo estadual: “vai correr sangue, então para que lutar?”, conforme relata nas suas memórias a ex-primeira-dama ao portal *Agência de Notícias do Acre* (BRYAN, 2014).

Talvez para alguns olhando distanciadamente para aquele contexto, um ato magnânimo seria a resistência para permanecer no cargo. No entanto, o ato tomado pelo governador naquele momento foi de sensatez política frente à força militar de intimidação, da ação casuística na ALEAC e da arrogância altiva dos algozes que se diziam “revolucionários”. Algo que pode ser visto como o desejo de impor a humilhação ao outro considerado adversário, porque de nada valia ter sido eleito pelas regras legais naquele momento. Os votos recebidos não asseguravam seu mandato, como não asseguraram o de João Goulart. Por isso, a decisão de não arriscar vidas em um ato de resistência diante de forças desproporcionais parece ter sido a única saída vista como possível.

Para justificar a deposição de José Augusto acusaram-no de sindicalista, de subversivo e de antirrevolucionário. Até mesmo suspeições de mal uso de dinheiro público lhe foram dirigidas. Sobre essa suspeição na sua curta gestão quanto ao uso de verbas públicas para outros fins, seria provado mais tarde em um processo desgastante que todos os atos praticados como gestor não traziam comprovação de ilegalidade. Todavia, a principal acusação que lhes impunham era de “comunizador”. O espectro do comunismo na conjuntura nacional pós golpe era realçado com a maior ameaça contra a hegemonia capitalista, o militarismo e o conservadorismo de direita que subiram ao poder pelas sombras dos golpistas.

A quem recorrer se a democracia já estava sendo velada em todas as unidades da federação com a instauração do golpe civil-militar? As escolhas de apoio político, de resistência ou apoio legal tornaram-se inexistentes para ele, pois não havia mais horizonte possível para tais saídas. O Brasil vivenciava o princípio dos chamados “anos de chumbo”, onde o diálogo entre os contrários seria algo impossível com os novos detentores do poder. Passou a prevalecer a tortura ao invés do consenso, a arrogância e a brutalidade ao invés dos direitos legais. E, nesse contexto de deposição forçada que destacamos o trecho de uma carta onde é dito que José Augusto “(...) não tinha o desejo

— mais remoto que fosse — de renunciar. Fê-lo contra vontade, coagido pela violência moral em que foi vítima, a 8 de maio, capaz de compelir qualquer homem normal, em tais circunstância”<sup>10</sup>.

Sua renúncia forçada foi emblemática, pois o significado de sua eleição representava o simbolismo da livre escolha pelos acreanos do seu governante pela primeira vez. O direito de escolha direta estava sendo compelido de maneira fugaz ao sepultamento. A mesma carta segue afirmando que: “Além disso, o A. estava doente. Mas, mesmo assim, ninguém poderia dizer que pretendesse abandonar o governo, se não houvesse tal coação. Foi constrangidamente que cedeu; cedeu, sem dúvida, pela violência moral que sofreu”, complementa o supracitado documento. Foram essa violência moral, o ataque pessoal e o desapareço pela institucionalidade as chaves que escancararam a porta para a entrada dos ressentimentos nessa trama inesperada no novo cenário político acreano e brasileiro.

Portanto, não há como negar que a saída forçada de José Augusto foi uma soma de humilhação política e pessoal. Nesta direção, o historiador Edgar de Decca (2005) descreveu que “ser humilhado é ser colocado, contra sua vontade ou, em alguns casos, até com o próprio consentimento, com frequência de modo muito doloroso em uma situação de inferioridade” (Idem, p. 108). A renúncia era aparentemente consentida, mas era um consentimento forçado pela falta de alternativa em meio ao emaranhado conflito. Foi uma situação humilhante que se prolongou à sua esposa Maria Lucia, aos seus familiares e também aos seus eleitores, pois o voto dos mesmos foi invalidado mediante a coerção e o autoritarismo.

A renúncia foi humilhanamente ressentida após o 08 de maio de 1964 de forma perene. Nessa linha de análise estes dois sentimentos caminham de mãos dadas porque se relacionam, conforme sistematização aqui já mencionada. O drama realístico da ruptura afeta as testemunhas e os testemunhos que elas constroem. Conforme Benveniste (1995, *apud* Antonello 2016) a testemunha é “aquele que se mantém no fato e que se mantém presente” (Idem, p. 278), se deslocando entre duas temporalidades emaranhadas pelas vivências e as lembranças. Neste particular, as consequências desse golpe local foram vivenciadas por Raimunda Gomes da Costa – moradora de Cruzeiro do Sul – que em carta endereçada à Maria Lúcia em 13 de junho de 1964, pouco mais de um mês desde o golpe diz: “(...) a renúncia do nosso governador até a natureza; até a natureza se encarregava da tristeza, olhe Dona Maria, só mesmo quem não quiz observar os tempos: mais desde do mez de abril, a natureza era triste, o sol não brilhava as noites eram turvas”<sup>11</sup>.

O Acre já havia experimentado e se servido do golpe através dos caudatários das forças no poder central e Raimunda Gomes se ressentia com a renúncia forçada e inesperada do governador ao afirmar que o “mez de maio foi mergulhado na mais completa penumbra”.<sup>12</sup> Uma penumbra agravada ainda mais pelos ressentimentos gerados continuamente na imagem da injustiça. A metáfora do tempo lúgubre, sombrio e sem luz é marcada pela ligação com o cenário político nacional e local, o que mostra uma leitura política e social por parte desta senhora. Leitura de mundo acentuada pela alusão a dois tempos: um, o da luz, do brilho e da clareza; o outro é o inverso do visível, da noite que chega não permitindo ver o que está acontecendo e o que se apresenta no horizonte dali em diante.

10 Fragmento de uma carta datilografada – folha 08 – sem data e identificação de autoria. Fundo Documental José Augusto (documento JA090). MU-UFAC.

11 Carta, 13/06/1964, enviada por Raimunda Gomes de Cruzeiro do Sul para Maria Lúcia. Fundo Documental José Augusto (documento JA142). MU-UFAC.

12 Idem.

## CAPITÃO CERQUEIRA: AI-2? — PRESENTE!

O comandante Edgar Cerqueira Filho assumiu então o governo do Acre após o golpe conduzido por sua vontade e com o beneplácito de parte da sociedade local. Contudo, seus problemas estavam não apenas ligados a José Augusto, pois os deputados do antigo PTB ainda asseguravam desconforto ao novo governador na ALEAC, conforme ele relata em telegrama enviado a várias autoridades da república<sup>13</sup> em 12 de novembro de 1965. O PTB já havia sido suprimido do cenário político partidário com a instauração do Ato Institucional nº 2 – AI-2<sup>14</sup>, em 27 de outubro de 1965, que entre outras coisas decretou a suspensão de direitos políticos e a extinção dos partidos políticos (artigo 18) por todo o Brasil e criou duas novas siglas: a Aliança Renovadora Nacional (ARENA) e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB). Sai o multipartidarismo e se aplica por decreto o bipartidarismo consentido.

Esse ódio persecutório se originou quando os deputados petebistas que tinham assento na ALEAC e compunham a bancada acusada de ser “antirrevolucionária”, acataram um pedido *impeachment* do advogado Eduardo Assef contra o governador Cerqueira Filho e foram então acusados pelos deputados situacionistas de terem dito no plenário que o novo governador era “antirrevolucionário”. Esses deputados da situação – em apoio bajulatório ao novo momento político – se autointitulam de “Bloco Parlamentar Revolucionário” e defensores de Cerqueira Filho e telegrafaram para a Bancada acreana em Brasília, onde acusavam os deputados do extinto PTB de quererem “tumultuar a vida administrativa do Estado”<sup>15</sup>.

Como foi realçado, apesar de o PTB ter sido extinto após o AI-2, algumas vozes críticas e oriundas do partido ainda ocupavam espaços na ALEAC, algo que preocupava o governo de Cerqueira e os deputados situacionistas do ex-PSD como Chaar Filho, Omar Sabino, Aluizio Queiroz, Eloy Abud, Joaquim Cruz e Gesner Lemos que apelavam a “valiosa ajuda” de outras autoridades contra Nabor Teles, Guilherme Zaire, Adonay Santos, Joseh Fares, Benjamin Ruella, Francisco Taumaturgo e Joseh Fonseca<sup>16</sup> para calar a oposição parlamentar ainda existente no Acre.

A intenção era não admitir mais qualquer dissenso político, de não haver oposição como é próprio das ditaduras quando se implantam. Segundo os denunciadores, o medo do Ato Institucional nº2 já era uma arma poderosa contra os inimigos<sup>17</sup> políticos e ideológicos, que talvez os calassem. Cerqueira Filho e seus aliados locais também buscavam se respaldar juntos às autoridades nacionais subordinadas ao presidente Castelo Branco e aos interesses ditos “revolucionários” dos golpistas de plantão.

Os identificados como “antirevolucionários” acreanos de 1964 eram mirados por Cerqueira, que solicitava a cassação dos mandatos dos mesmos de forma imediata. E este não perdeu a oportunidade para vê-los sem voz e sem trincheira parlamentar na ALEAC ao denunciá-los quase em tom de sabujisse e fofoca ao querer entregar de bandeja os “inimigos da revolução” que existiam no Acre. José Augusto neste momento já residia expatriado e vigiado no Rio de Janeiro. O governador

13 Telegrama, 12/11/1965. Este telegrama foi enviado para várias autoridades pelo governador Edgar Cerqueira: Castelo Branco (presidente); Juracy Magalhães (Ministro da Justiça); Costa e Silva (Ministro da Guerra); Lauro Campos (comandante militar em Manaus) e Wilberto Lima (chefe do Conselho de Segurança Nacional). Fundo Documental José Augusto (documento JA080). MU-UFAC.

14 Fonte: Casa Civil da Presidência da República. Disponível em: <https://bit.ly/30rig9I>, acesso em 21/08/2019.

15 Telegrama citado na N. R. nº 13.

16 Telegrama enviado pelos deputados estaduais do antigo PSD aos parlamentares do Acre na câmara federal e no senado em 12/11/1965. [Fundo Documental José Augusto \(documento JA085\)](#). MU-UFAC.

17 Idem.

Edgard Cerqueira perseguiu insistentemente os que outrora estiveram aliados ao “comunizador”. A perseguição não se tratava de uma questão individual e sim coletiva, partidária e ideológica.

### **DIÁLOGO COM AS CARTAS: PARA QUE SERVE A ESCRITA DO TRAUMA?**

Nesse processo de renúncia forçada, de humilhação e de ressentimento, trazemos para nos auxiliar as discussões de Antonello (2016) em torno da *literatura de testemunho*, notadamente aquela oriunda das narrativas dos sobreviventes do holocausto nazista na busca de conseguirem narrar o inenarrável, falar dos sofrimentos indizíveis perpetrados no *lager* (campo de concentração)<sup>18</sup>.

Partimos assim desse olhar sobre algo que não se enquadra como literatura de testemunho nos sentido conceitual e estilístico, mas escritos pessoais de testemunho (cartas e telegramas) produzidos muitas vezes em contextos de sofrimentos e emoções derivadas dos traumas pós golpe que José Augusto, familiares e seu grupo político vivenciaram de maneira duradoura. Seguramente não ocorreram no Acre vivências de torturas e mortes em dimensões daquelas ocorridas no regime nazista. E por mais que fosse tentada a comparação, isso se tornaria equivocado e pouco útil na compreensão das questões históricas que aqui estamos tratando. Contudo, o comum nessas narrativas e memórias é que todas guardam registros de perseguições políticas e torturas físico-psicológicas geradoras de ressentimentos. Algo que passa a ser (re)lembrado de forma perene, seja através da escrita comunicativa ou das narrativas orais (em círculos restritos ou ampliados).

Para José Augusto foi imposta a reclusão em um lugar determinado, longe do Acre, banido para um *lager* (campo) simbólico onde também tinha os movimentos, o corpo e as palavras controladas<sup>19</sup>. Mas também ocorreram momentos de encarceramento pelo Estado de exceção, como o descrito a seguir que traz a marca dos atos vistos e lembrados como discricionários. Em entrevista recente a viúva do ex-governador rememorou esse trauma da seguinte maneira: “em 1965, para responder a um desses processos teve [José Augusto] que voltar o Acre, governado pelo capitão Cerqueira, e acabou ficando preso durante sete meses” (MARCEL, 2014).

Nesta simbologia do *lager*, as cercas de sua reclusão começaram a ser alicerçadas no dia em que assinou a sua renúncia forçada; na saída coagida do Acre para outra localidade, uma espécie de banimento impositivo; na cassação dos seus direitos políticos; no inquérito militar kafkaniano e nas dificuldades familiares cotidianas após a ida para o Rio de Janeiro. Soma se isso, o agravante dos seus problemas cardiovasculares cujo tratamento foi limitado devido à prisão, as perseguições permanentes e os abalos psicológicos daí derivados.

A necessidade da mensagem tornou-se para José Augusto e família uma forma de ordenança, ainda mais necessária diante das distâncias que separaram a parentela Araújo. Antonello (2016) destaca nessa configuração do processo da escrita que “(...) a necessidade de narrar ou escrever (...) implica uma nova posição subjetiva, que não consiste apenas em reproduzir o traumático, mas repetir a sua história, usando a literalidade, constitui uma forma criativa de lidar com o trauma” (Idem, p. 86). Esse aspecto criativo, entre outras coisas, tem a capacidade de construir narrativas, versões contrapostas e que se colocam na condição de verdade diante dos discursos inverídicos dos algozes.

O trauma foi algo presente no cotidiano familiar e social de José Augusto e das pessoas próximas, porque passaram a conviver e a temer violências de ordem moral e física. E a escrita não era fomentada simplesmente por serem as cartas um dos meios principais de comunicação do período,

18 O nome em alemão para campo de concentração é *Konzentrationslager*. Contudo, na literatura sobre os horrores desses locais da morte construídos pelos nazistas, se convencionou a expressão *Lager* (campo).

19 O já citado AI-2 determinava em seu artigo 16, que tratava da suspensão dos direitos políticos, a liberdade vigiada e domicílio determinado para aqueles enquadrados em crimes de natureza política e ideológica.

mas sim porque havia a necessidade de ordenar os pensamentos e procurar traduzir os sentimentos experienciados ao outro. A escrita familiar tornou-se um refúgio das reflexões que questionavam e buscavam entender a situação difícil e inusitada que surgiu após o golpe.

Pierre Ansart (2005, p. 15) ao descrever as características das humilhações políticas, diz que elas se constituem em dois níveis de observação: o primeiro é a humilhação que se configura em uma situação particular e desigual, onde há um indivíduo que exerce a influência e outro que a sofre. No outro nível, a humilhação se constitui em sofrimento, onde o atacado tem seu amor próprio ferido havendo uma desvalorização de sua *auto-imagem* e ele é desrespeitado. Seguindo esta linha de interpretação, houve um ataque ao político e ao ser humano José Augusto, cujas ações de humilhação se caracterizaram na renúncia forçada, na obrigação de ir embora do Acre, nas ameaças dos processos extralegais e até após sua morte, quando foi proibido de ser enterrado no Acre. Desta forma, o *lager* simbólico é um espaço de cerceamento e conseqüentemente de humilhações, traumas e ressentimentos.

As correspondências particulares de José Augusto, família e amigos são fontes de pesquisa histórica valiosa para tratar de experiências doloridas e traumáticas derivadas de contextos autoritários e antidemocráticos. Entendemos também que situações com esta têm a capacidade de alterar a linguagem das vítimas, conforme experimentou Primo Levi ao sobreviver ao *lager* nazista e dizer que: “quando se violenta o homem, também se violenta a linguagem” (Levi *apud* Antonello, 2016, p. 79), pois a escrita torna-se a linguagem de ordenamento do sofrimento imposto pelos algozes. É uma forma de tentar traduzir a impotência diante dos atos arbitrários provocados pelos algozes de plantão, mas sem nunca atingir a aproximação significativa entre o narrado e o vivido para isto que seja compreendido por quem não viveu esses traumas.

No plano pessoal, “escrever é uma forma de ordenar, de apaziguar e também fornecer conforto (e segurança) nos momentos de dor e solidão” (Antonello, 2016, p. 89). Este autor aponta ainda, que “a literatura de testemunho também pode ser compreendida como um documento histórico” (idem, p. 29), algo que se articula ao trabalho do historiador quando pesquisa em fontes históricas como estas aqui abordadas.

No seu *lager* simbólico, e até real, José Augusto descreve a esperança de que tudo passe brevemente ao dizer para sua esposa as seguintes palavras: “Querida sinto imensamente sua ausência, pois tudo se encaminha para uma rápida solução”<sup>20</sup>. A esperança de saída do *lager* era algo que embalava sua crença por justiça ao relatar que na audiência dali a seis dias seria tudo resolvido diante das autoridades judiciais. José Augusto estava longe de sua família e mesmo na dor, ordenava e escrevia seus pensamentos consolando sua esposa, dizendo que as coisas se encaminhariam ao seu devido lugar. No entanto, no decorrer desta leitura, veremos que nada se efetivará como pensado e desejado. O golpe e os algozes surgiram para engolir esperanças, propagar incertezas e humilhações severas aos considerados inimigos. Não bastavam o golpe, as cassações e os processos. Era necessário condenar para “provar” que estavam certos.

Nessa ordenação da vida através da escrita, Maria Lúcia recebia cartas como esta levada de Rio Branco para o Rio de Janeiro por um amigo da família em que José Augusto lhe dizia: “meu ânimo é forte e meu estado de espírito e de saúde é excelente para enfrentar esse temporal que

---

20 Esta carta datilografada e assinada foi escrita no período em que o ex-governador tinha sido trazido para Rio Branco para depoimentos e devido seu estado de saúde ficou internado/preso – provavelmente no Hospital Santa Juliana, já que ele diz: “hoje assisti missa no próprio hospital. As irmãs se recomendar a você e ao Ricardo”. Carta, 05/11/1965. Fundo Documental José Augusto (documento JA151). MU-UFAC.

abate sobre esse país infelicitado pelo ódio e ambição dos seus dirigentes”<sup>21</sup>. Estava em Rio Branco doente e em compasso de espera para prestar contas à justiça, mas com lucidez para uma leitura política dos novos tempos que se apresentavam para infelicitarem o país por um longo tempo.

## ELEIÇÃO, LUTO E RESSENTIMENTOS

A ditadura que se abateu como um temporal sobre o infelicitado Brasil, nos dizeres do ex-governador, parece ter provocado além das dores e sobressaltos pessoais a construção de um horizonte futuro de caráter dúbio: (des)esperanças. Os sentimentos opostos e contraditórios são comuns nesse tipo de escrita, quando o estado psicológico é sobressaltado pelo que os algozes podem fazer e, ao mesmo tempo, sentimento de superação das dificuldades vividas. Neste contexto de distanciamentos forçados e incertezas diante das agruras, vale destacar o papel da esposa de José Augusto. Mesmo em meio ao turbilhão que se abateu sobre sua família, teve um papel importante de resistência e de continuadora do legado político do marido, buscando quebrar os muros do *lager* simbólico onde ele estava inserido.

Com os direitos políticos de seu marido suspensos, a sua candidatura ao cargo de deputada federal em 1966 irá se configurar na oportunidade de criar uma trincheira de resistência que não foi possível de se fazer no Palácio Rio Branco em maio de 1964. Era a busca por visibilidade de uma causa e representar politicamente aqueles eleitores acreanos que tiveram suas escolhas desrespeitadas com o golpe que apeou do poder governo José Augusto. Em carta de agosto de 1966 enviada de Belém (PA), Jefferson Andrade se dirige a Maria Lúcia apontando para apoio a sua futura candidatura nestes termos: “aproveitamos o ensejo para desejar á nossa futura e líder deputada MARIA LÚCIA ARAÚJO, um maravilhoso resultado na eleição de 15 de novembro, com votação maciça. Só assim será reparada a injustiça que sofreu se esposo”<sup>22</sup>. E tom parecido, a irmã de José Augusto, Dinah Araujo, escreve alguns meses depois uma carta de Rio Branco para Maria Lúcia no Rio de Janeiro e diz: “tudo que posso fazer é lutar para que saias vitoriosa, assim amenizaremos as torturas do Zéaugusto, visto que ele adora a política, não é?”<sup>23</sup>.

É muito comum nas narrativas de todos que se correspondem nessa rede de amigos e familiares a crença de que a vitória de Maria Lúcia representaria um momento simbólico de reerguimento político e moral de José Augusto que se encontrava imerso em humilhações. Conseqüentemente Maria Lúcia foi capaz de convergir apoios antes dirigidos ao seu esposo e vencer a eleição em 1966 recebendo quase dois mil e quinhentos votos. Contudo, exerceu o mandato a partir de 1967 e que logo foi abreviado pelo AI-5 em fins de 1968.

Sua campanha foi realizada através do envolvimento solidário de familiares, amigos e correligionários de José Augusto e do antigo PTB, que parecem ter visto em Maria Lúcia a “herdeira” e a esposa que na falta do marido toma o seu lugar na cena pública. Parece ter havido também um sentimento de que a injustiça sofrida poderia ser minorada através do voto em uma candidata que foi eleita sem nem ter vindo ao Acre fazer campanha pessoalmente. Nessa perspectiva, o ressentimento contra o arbítrio mobilizou os eleitores em apoio e votos à ex-primeira dama.

21 Esta carta foi escrita provavelmente dia 25 de fevereiro de 1965, conforme sugerem algumas passagens do documento. José Augusto encontrava-se em Rio Branco para uma série de oitivas na justiça. Fundo Documental José Augusto (documento JA128). MU-UFAC.

22 Carta, 28/08/1966. Enviada por Jefferson Andrade (Belém) para Maria Lúcia (Rio de Janeiro). Fundo Documental José Augusto (documento JA138). MU-UFAC.

23 Carta, 14/10/1966. Enviada por Dinah Araujo (Rio Branco) para Maria Lúcia (Rio de Janeiro). Fundo Documental José Augusto (documento JA124). MU-UFAC.

Em matéria jornalística mais recente, a ex-deputada rememora o passado e reconstrói sua narrativa ao repórter que escreve em tom pessoal aquilo que lhe foi repassado pela entrevistada: “mesmo com toda a pressão vivida, as angústias encaradas com o filho pequeno e na segunda gravidez, a família não se rendeu. Foi ela, Maria Lúcia que entrou no cenário político (...) fez campanha através de uma carta”. Essa carta política, emotiva e testemunhal descreveria o sofrimento que a família enfrentava após a deposição do governador e também o estado de saúde de José Augusto que não era bom. E então, com “apenas com esta carta, Maria Lúcia se elegeu no estado deputada federal em 1968” [sic] (SANTANA, 2014).

Sua vitória teria sido em virtude do ocorrido com José Augusto, onde na sua ausência política ela o representa e o substitui perante ao eleitorado órfão e ressentido diante do que tinha ocorrido com o ex-governador. A vitória eleitoral pode ser interpretada, pela lógica de alguns depoimentos, como um dos poucos resquícios de justiça que José Augusto pôde experimentar fugazmente ainda em vida. Isso porque as decepções políticas não tinham terminado e as dores familiares iriam se aprofundar ainda mais. No que concerne a essa sofrida jornada pessoal e familiar, constatamos a funcionalidade das ditaduras em constranger, excluir, diminuir e menosprezar seus inimigos. An-sart-Dourlen (2005, p. 85) descreve o sentimento de humilhação como algo que surge de um *traumatismo* e os seus efeitos são de desestabilização e de ressentimento que perdura enquanto ainda viverem nas pessoas as memórias doloridas vivenciadas.

E, muitas vezes, não há reparação por decretos ou pedidos de desculpas em público que consigam aplacar as dores e ressentimentos das vítimas. As anistias têm mais sentidos jurídicos e políticos, de pactos que se fazem para superar os impasses do passado em uma determinada sociedade. Mas não apaga, não redime e nem restitui o que foi suprimido. A retratação é às vezes um alívio no âmbito do erro reconhecido e da desculpa dada publicamente. Contudo, o ressentimento é marcante porque “aparece então como uma resposta inconsciente, efeito longínquo de uma angústia ignorada” (HAROCHE, 2005, p. 340). Nessas desventuras, as barreiras do *lager* vivenciadas pela família Araújo e amigos foram intensificadas com a morte do ex-governador, estimuladora de novos ressentimentos que provavelmente não conseguiram se apagar por completo.

José Augusto morre “em 1971, após o quarto infarto, exaustivamente submetido a responder processos acionados pela Auditoria Militar em Belém” (SANTANA, 2014). É neste ponto que a escrita como ordenança e compartilhamento de dor é construída pela família enlutada e ressentida. Em uma das cartas, Dinah Araújo assim se dirige à Maria Lucia em tom de conforto poucos dias depois da morte de José Augusto: “sei o quanto estas sofrendo, mas enxuga tuas lágrimas porque e pensa que ele está livre da maldade dessa gente que tanto o magoou, vítima que foi de tantas injustiças. Ninguém agora pode lhe fazer mal”<sup>24</sup>.

Ainda sobre o ressentimento, David Konstan (2005, p. 61) escreveu que “o sentido psicológico de ressentimento é algo como a raiva ou a irritação perante uma desfeita”, algo que em muitas correspondências pessoais se evidencia, mas seguido de palavras de cunho religioso marcadas por certa resignação diante da “vontade divina”. Porém, as ações e silêncios dos homens de poder no Acre – governantes e políticos da situação vistos como algozes de José Augusto – quase sempre são descritos em tons de mágoas.

A morte de José Augusto em 03 de abril de 1971 foi uma perda precoce e irreparável para a família e seus correligionários. Parte dos atores dessa trama mostrou suas dores expressivas em

24 Carta, 10/04/1971. Enviada por Dinah Araujo (Rio Branco) para Maria Lúcia (Rio de Janeiro). Fundo Documental José Augusto (documento JA123). MU-UFAC.

diversas cartas, onde a escrita, a comunicação ao outro e com o outro, parece ter tido a função de sobrevivência. Isso porque “sobreviver a uma realidade indecifrável faz com que se procure o outro para ajudar a compreendê-la, compartilhá-la e dar sentido ao que foi experienciado” (ANTONELLO, 2016, p. 86). Essa necessidade de escrever não se caracterizou apenas pela distância entre o Acre, Manaus, Belém, Cruzeiro do Sul e o Rio de Janeiro — onde José Augusto viveu com Maria Lúcia e seus filhos Ricardo Araújo e Nazareth Araújo — mas pela necessidade de compartilhar as experiências traumáticas e os cotidianos de cada um dos que foram apartados dos convívios sociais, políticos e familiares e de seus afetos mais íntimos.

## HUMILHAÇÃO E A EMERGENCIA DOS RESENTIMENTOS

A irmã de José Augusto, Regina Araújo, lamentou assim nessas correspondências, assim como os outros, os sofrimentos pelos quais a família vinha passando desde o golpe. Quando soube da notícia mais dolorosa – a morte de José Augusto – por meio de uma carta enviada por Maria Lúcia, as suas palavras escritas expressam a dor e as potenciais lágrimas corridas no rosto durante o processo de comunicação familiar onde o indizível precisava ser dito<sup>25</sup>. Regina escreveu então para sua cunhada: “você mesmo sabia que ele já vivia tão cansado de sofrer”, buscando de alguma forma amenizar a dor da perda, consolar a cunhada e se autoconsolar, procurando caracterizar a morte do irmão como uma forma de descanso mediante aos sofrimentos até então suportados por ele. Afirma ainda que “A Dinah no Acre, ficou numa aflição tremenda”<sup>26</sup> com a notícia da morte do irmão. Dinah Araújo, por sua vez, também ressentia em outra carta escrita no mesmo período para Maria Lúcia: “continuo com uma mágoa dentro de mim, cada dia que se passa mais entristeço. Acho inacreditável esta cruel realidade”<sup>27</sup>.

As dores se complementavam e se somavam nas escritas dolorosas. A dor da cunhada Regina ia ao encontro da dor de Maria Lúcia; a dor Dinah ia ao encontro da de dona Nair Araújo que chorava pela perda do filho — “*Um amigo de todos*”, que ao assim falar amplia a dor da perda para além do âmbito familiar: José Augusto seria uma personagem popular, amigo do povo acreano que também o perdera.

A distância era ainda outro agravo da dor, familiares no Acre, outros em Manaus e no Rio de Janeiro, agregavam uma soma de ressentimentos doloridos em distintos estados do Brasil. As cartas não carregavam consigo apenas o conceito de comunicação como já foi dito, mas figuravam como a necessidade de partilhar as dores para superar o que não podia ser superado, nem esquecido e lembrado na sua totalidade.

A mãe Nair Araújo enlutava-se e buscava confortar a si mesma e a Maria Lúcia ao lembrar que a vida seguia com os descendentes menores: “lamento deveras a morte do meu querido filho, porém aconselho-te a teres paciência, porque teus inocentes filhos precisam de ti (...) como mãe deves carregar resignada tua cruz como eu carreguei e carregue a minha”<sup>28</sup>. Apesar das dores, todos procuravam confortar a viúva Maria Lúcia, como é o caso de Regina dois dias depois da carta anterior escrita pela mãe, em que concitava a cunhada para que tivesse forças e suportasse a situação

25 Carta, 05/04/1971. Enviada por Regina Araújo (Manaus) para Maria Lúcia (Rio de Janeiro). Fundo Documental José Augusto (documento JA127). MU-UFAC.

26 Carta, 08/04/1971. Enviada por Regina Araújo (Manaus) para Maria Lúcia (Rio de Janeiro). Fundo Documental José Augusto (documento JA121). MU-UFAC.

27 Carta, 24/05/1971. Enviada por Dinah Araújo (Rio Branco) para Maria Lúcia (Rio de Janeiro). Fundo Documental José Augusto (documento JA119). MU-UFAC.

28 Carta, 27/04/1971. Enviada por Nair Araújo (Manaus) para Maria Lúcia (Rio de Janeiro). Fundo Documental José Augusto (documento JA118). MU-UFAC.

familiar traumática: “(...) tenho muita pena de ti e desejaria está ao teu lado para confortar-te, mas devido o estado abatido da mamãe, não posso ir agora (...)”. Regina também se movimentava para conseguir as passagens para ela e para os filhos irem ao Rio de Janeiro, prometendo chegar em julho daquele ano e finaliza dizendo: “Iremos para tua casa”<sup>29</sup>.

Essas situações vivenciadas apontam para o entendimento de que o trauma possibilitou a necessidade de compartilhar e purgar as dores pessoais e coletivas. Essa situação traumática experienciada necessitava ser dita e ouvida/lida, pois conforme Antonello (2016) “para quem sobreviveu a uma experiência traumática, é fundamental tornar o outro participante desse acontecimento indizível” (p. 88). Desta forma, a família precisava tornar os seus entes participantes das lembranças, mesmo que a distância, dos agravos sofridos e marcados com o signo da angústia e da dor. Antonello reforça esse sentido que a tal escrita carrega, pois “dar testemunho da própria história e do próprio sofrimento, endereçando-os a alguém, indica uma forma de ‘lidar’ ou fornecer um destino ao trauma e à importância do outro neste processo” (Idem, p. 126).

“Agora só nos resta a grande saudade, e a dôr cruel!”<sup>30</sup>, exclama a mãe em uma das cartas de escrita lamentosa. Para Dona Nair a saudade servia de degrau para expressar o ressentimento relacionado às injustiças sofridas pelo filho. A atividade da escrita foi um espaço aberto para as indagações sem respostas plenas; foi ao mesmo tempo lacuna e preenchimento de um vazio onde cabia o remorso do que não foi realizado, como lembra a irmã Dinah ao dizer que “tudo no Acre me recorda as aspirações do José”<sup>31</sup>. A morte repentina de José Augusto se fez em abalos constantes, não houve tempo de justiça alguma ser efetivada para ele, os ressentimentos engendrados no seio da família e dos amigos se avolumaram por intermédio do luto reverberado pela escrita.

O final da trajetória pessoal e política de José Augusto foi de muita conturbações, dores e traumas. Partindo da renúncia forçada, logo veio a cassação de seus direitos políticos, os processos jurídicos e o “desterro” do Acre para um *lager* simbólico distante. Se contabilizarmos a vitória eleitoral de Maria Lúcia como um ato simbólico de volta por cima, logo também veio a sua cassação. A deputada federal mais votada do Acre, e substituta sublimada de José Augusto, não pode terminar o mandato em decorrência do AI-5. A humilhação política não ficou reservada apenas ao ex-governador, mas estendeu-se a todos que com ele conviviam. Sua morte efetivou a injustiça perene contra si.

### **TENTATIVA DE REPARO: SAIDA DO LAGER?**

Uma vitória simbólica se efetivou após cinquenta anos do golpe que derrubou o governador José Augusto. O ressentimento fundido nas memórias de muitos pôde ser politicamente revogado após meio século de silêncio e de acumulação de injustiças. A ALEAC em sessão especial buscou “reparar” meio século depois a injustiça cometida pela ditadura civil-militar, que o próprio parlamento acreano ajudou a ratificar ao aprovar uma emenda casuística e empossar o capitão Cerqueira como governador. O evento no parlamento acreano serviu para a construção de uma rememoração e dela emergiram simbolicamente a ideia de reparação e de justiça que José Augusto não pode viver para contemplar, pois teve seu papel nesta trama encerrado muito anos antes.

29 Carta, 29/04/1971. Enviada por Regina Araujo (Manaus) para Maria Lúcia (Rio de Janeiro). Fundo Documental José Augusto (documento JA124). MU-UFAC.

30 Carta, 16/04/1971. Enviada por Nair Araujo (Manaus) para Maria Lúcia (Rio de Janeiro). Fundo Documental José Augusto (documento JA131). MU-UFAC.

31 Mesma Carta citada na N. R. nº 27.

O dia 08 de maio de 1964 e o dia 08 de maio de 2014 estavam separados por 50 anos um do outro, mas umbilicalmente interligados pela história. O governador em exercício, desembargador Roberto Barros, relatou ao portal oficial *Agência de Notícias do Acre* que: “O governo tem a honra de estar presente a esta solenidade, que repara nossa história. José Augusto era um idealista que fez muito pelo Acre, e agora a ALEAC corrige um erro do nosso passado” (BRYAN, 2014). Não há como ingenuamente querer “recuperar” e “reparar” o passado, pois somente nos é permitido lançar um lampejo para iluminar fugazmente o outrora com “um tempo preenchido pelo agora” como nos diz Walter Benjamin (2013, p. 18).

Com esse ato simbólico “reparador” a família Araújo teria saído do *lager* cinquenta anos depois do golpe e 43 anos do *post mortem* de José Augusto? Evidente que não. A “reparação” – do que não pode ser reparado e muito menos recuperado – realizada na ALEAC foi um ato simbólico e político importante porque o Estado reconheceu seu erro. Serve para apaziguar ânimos de desforra e questões de natureza jurídica e política se equacionam. Mas não há como esquecer e apagar o que ocorreu. Desta forma o golpe militar e suas consequências que se abateram sobre essas pessoas trouxeram humilhações permanentes. O *lager* simbólico tem suas barreiras perenes constituídas na memória, algo que um ato político de “reparação” não é capaz de devolver na integridade real e metafórica o que foi arrancado do outro com dor e violência.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

*“Assim como a dor é uma barragem, que resiste ao fluxo da narrativa, do mesmo modo é claro que ela é rompida onde a correnteza se torna forte o suficiente para levar consigo tudo que encontra para o mar do esquecimento feliz”.* (BENJAMIN, 1997).

Marco Seligman-Silva (2003) diz que o testemunho é marcado pela necessidade e pela impossibilidade. Isso porque o real, vivido, não tem como ser traduzido plenamente pelo verbo, pela escrita. A necessidade se apresenta pela busca de contar, narrar o que se experimentou e se testemunhou. É o registro, a lembrança do passado que é escolhido e possível de ser contado. Lembrar e esquecer caminham juntos, tanto pela impossibilidade totalizante da memória quanto das seletividades operadas no indivíduo por múltiplos fatores.

A memória é sempre uma ação do *presente*. As cartas pessoais, os telegramas e até as entrevistas prestadas décadas depois operam dentro dessa lógica. O que foi dito e escrito carrega lembranças de vivências do *antes*, do já ocorrido, que *retorna* mediado pela memória. Por isso, tornam-se nítidos os efeitos intensos que o golpe civil-militar de 1964 ocasionou nas pessoas, nas instituições e nos valores democráticos e legais no Brasil e no Estado do Acre, conforme aqui discutimos alguns aspectos a partir da documentação apresentada.

Documentação que na sua origem, na sua produção no calor dos acontecimentos e dos sentimentos, tinha a finalidade restrita de comunicar algo a um interlocutor determinado. Mas que ao chegar às mãos do pesquisador opera uma mudança que a desloca para a esfera do público e da *fonte* como artefato que possibilita perscrutar o passado já esmaecido e mantê-lo ativo no presente.

Os atores vitimados dessa trama viveram histórias marcadas pelas experiências traumáticas fomentadas por atos políticos que fabricaram vilões e heróis no novo contexto que foi sendo gestado pelas forças autoritárias e repressivas. O capitão Edgar Cerqueira e a bancada de oposição na ALEAC foram os protagonistas centrais no processo da renúncia de José Augusto, algo que atingiu de maneira direta outras pessoas próximas pelos afetos, pelas crenças políticas ou pelos aspectos sociais da sociedade á época.

Alguns deputados “antirrevolucionários” do PTB tiveram uma considerada resistência na ALEAC frente ao governo fantoche e ilegal que se instaurou repentinamente, mas nada podiam fazer de forma mais contundente para reverter algo que já estava assentado em suas bases no centro do poder político brasileiro. O enredo local revela os meandros da filial de uma ditadura centralizada politicamente no poder executivo nacional que ocasionou em muitos cidadãos do país experiências traumáticas, humilhações e ressentimentos capazes de alcançar familiares e amigos através das emoções que vivencia(ra)m enquanto elas permanecem nas memórias coletivas e individuais.

E é essa escrita pessoal que torna a ferramenta crucial para a ordenação dos pensamentos e tem por finalidade o partilhamento aos outros dessa dor. E quando esse tipo de documento chega ao historiador, possibilita a socialização de um conhecimento historiográfico mais ampliado sobre a experiência autoritária na sociedade brasileira.

A humilhação política conduzida pelos próceres da ditadura no Brasil contra seus inimigos esteve sistematicamente articulada com o trauma e o ressentimento. Em âmbito local, as cartas do ex-governador José Augusto e da família buscaram entender o caos que se abateu sobre eles e revela como eles de certa maneira estavam “lendo” e traduzindo a nova realidade que passaram a viver como pesadelo.

Paira ainda hoje em muitas pessoas que viveram aquele período como vítimas, sentimentos que abrangem a perspectiva do ressentir, pois se ressentem das injustiças praticadas, dos traumas e das humilhações políticas e pessoais às quais foram submetidas. Na perspectiva de abordagem que aqui se destacou ao longo do texto é perceptível a sensação partilhada de injustiça nos documentos apresentados na análise. Nesse percurso, não se tratou de uma tentativa enfadonha de acoitar paternalmente essas pessoas ou traduzir seus sentimentos com objetividade e sim, destacar que o golpe e a ditadura irrompidos a partir de 1964 ao brearem uma gestão política mal iniciada no Acre recém-elevado a estado federativo brasileiro, gerou micro histórias de vidas de pessoas que geralmente não aparecem na historiografia quando se privilegiam documentos canônicos produzidos no âmbito público e oficial. Embora essas cartas tragam na essência questões de ordem privada, elas também apontam para importantes olhares lançados ao mundo político e social circundante daquele tempo.

## REFERENCIAS

ALEAC – Assembléia Legislativa do Estado do Acre. **Parlamentares acreanos: dados biográficos (1962/2005)**. CEDSA: Rio Branco, 2005.

ANSART-DOURLEN, M. Sentimentos de humilhação e modos de defesa do eu. Narcisismo, masoquismo, fanatismo. In: MARSON, Izabel & NAXARA, Márcia (orgs.). **Sobre a humilhação: sentimentos gestos e palavras**. Uberlândia: EDUFU, 2005.

ANSART, P. As humilhações políticas. In: MARSON, Izabel & NAXARA, Márcia (orgs.). **Sobre a humilhação: sentimentos gestos e palavras**. Uberlândia: EDUFU, 2005.

ANTONELLO, D. F. **Trauma, Memória e Escrita: uma articulação entre a literatura de testemunho e a psicanálise**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós Graduação em Memória Social, UNIRIO, Rio de Janeiro, 2016.

BENJAMIN, W. 2003. **O anjo da história**. São Paulo: Autêntica 2003.

BENJAMIN, W. **Obras Escolhidas I - Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. 3ª edição. São Paulo: Brasiliense, 1997.

BENVENISTE, E. **O vocabulário das instituições indo-europeias: Poder, direito, religião**. Volume II. Campinas: Ed. Unicamp, 1995.

BRYAN, S. **ALEAC revoga cassação do primeiro governador eleito do Acre**. Agência de Notícias do Acre, 08 de maio de 2014. Disponível em: <https://bit.ly/2ZJ5i6g>. Acesso em: 12 de maio de 2019.

- DECCA, E. S. A humilhação: ação ou sentimento? In: MARSON, Izabel & NAXARA, Márcia (orgs.). **Sobre a humilhação: sentimentos gestos e palavras**. Uberlândia: EDUFU, 2005.
- FERREIRA, A. B. H. **Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa**. 5ª edição. Curitiba: Positivo, 2010.
- FREUD, S. **A Interpretação dos Sonhos – parte II**. Volume V. Rio de Janeiro: Imago, 1996.
- GAGNEBIN, J. M. **Limiar, aura e rememoração: ensaios sobre Walter Benjamin**. São Paulo: Editora 34, 2014.
- HAROCHE, C. Elementos para uma antropologia do ressentimento: laços emocionais e processos políticos. In: BRESCIANI, Stella & NAXARA, Márcia. **Memória e (res)sentimento: indagações sobre uma questão sensível**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2004.
- KONSTAN, D. Ressentimento — História de uma emoção. In: BRESCIANI, Stella & NAXARA, Márcia. **Memória e (res)sentimento: indagações sobre uma questão sensível**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2004.
- LEVI, P. **Os afogados e os sobreviventes**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.
- MARCEL, Y. 50 anos do golpe: “Essa ferida não cura nunca”, diz ex-primeira-dama do AC. G1 Acre, 01/04/2014. Disponível em: <<https://glo.bo/2FxXAnR>>. Acesso em: 13 de junho de 2019.
- O ACRE, n° 1.511, p. 04, 27/10/1962. Disponível em: <https://bit.ly/2KKpzTe>. Acesso em 01 de jul de 2019.
- O ACRE, n° 1.511, p. 01, 27/10/1962. Disponível em: <https://bit.ly/2KKpzTe>. Acesso em 01 de jul de 2019.
- SANTANA, V. **Acre: 52 anos de estado autônomo**. Agência de Notícias do Acre. 15 de junho de 2014. Disponível em: <https://bit.ly/2X99sYr>. Acesso em: 01 de jun de 2019.
- SELIGMAN-SILVA, M. Apresentação da questão: a literatura do trauma. In SELIGMAN-SILVA, M. (org.). **História, memória e literatura: o testemunho da era das catástrofes**. Campinas: Editora da Unicamp, 2003.
- SILVA, F. B. **Autoritarismo e personalismo no poder executivo acreano – 1921/1964**. Rio Branco: Edufac, 2012.

Data de submissão: 20/05/2019

Data de aprovação: 20/06/2019